

# Projeto do Plano de Carreira passará por novas modificações

Parecer encomendado pela Câmara apontou inconstitucionalidades no texto

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibia.com.br

O projeto de lei que atualiza o Plano de Carreira dos servidores públicos municipais sofrerá novas alterações. A matéria está na Câmara para votação há cerca de três semanas e já foi modificada uma vez. Contudo, um parecer encomendado pelo Legislativo à consultoria DPM, que assessora prefeituras e câmaras de todo o Estado, apontou problemas que tornam o texto, inclusive, inconstitucional. Se fosse votado como veio, restaria aos vereadores apenas rejeitar a proposta, prejudicando em torno de 750 funcionários.

De acordo com os advogados João Felipe Lehmen e Júlio César Fucilini Pause, que assinam a análise, o texto apresenta problemas de técnica redacional, que poderão dificultar a sua aplicação, bem como diversos obstáculos jurídicos a serem vencidos. Os dois

da DPM. “Só esperamos o encaminhamento do documento à Câmara para fechar a redação do novo texto”, ressaltou, garantindo que o material será enviado ainda hoje ao Legislativo. Para ele, a maior parte dos apontamentos é de ordem formal e serão acatados para que não haja maiores obstáculos à aprovação do texto pelos vereadores.

O presidente da Câmara, Márcio Miguel Müller (PTB), elogia o trabalho feito pelos advogados da DPM. “Eles analisaram a matéria com muito cuidado, inclusive, apontando dúvidas que já vinham sendo manifestadas por alguns vereadores”, afirma. Como a Prefeitura mantém convênio com a DPM, Müller estranha que o próprio Ex-



preocupada com o impacto financeiro do novo Plano de Carreira. O Legislativo não abre mão de ouvir os técnicos da consultoria contratada pela Prefeitura para fazer este estudo. A avaliação concluiu que as despesas de pessoal não ameaçarão os limites impostos pela Lei

Antes da votação, ainda está prevista uma reunião com os técnicos da Secretaria Municipal da Fazenda e com os integrantes da comissão de servidores que elaborou o projeto. “Até aqui, nossa ação tem sido absolutamente técnica. Não vamos aceitar esse projeto

podem apontar a sua aplicação, bem como diversos obstáculos jurídicos a serem vencidos. Os dois profissionais não avaliaram o conjunto de regras sob o aspecto financeiro. E ainda que a Administração Municipal acate as sugestões dos consultores, a Câmara não votará a matéria enquanto não tiver certeza de que os cofres públicos suportam os custos da mudança.

O procurador geral do Município, Marcelo Augusto Rodrigues, diz que o Executivo já tinha conhecimento das conclusões

vereadores, afirma. Como a Prefeitura mantém convênio com a DPM, Müller estranha que o próprio Executivo não tenha submetido o texto aos consultores antes de encaminhá-lo para votação. “Felizmente, o Legislativo não cedeu às pressões iniciais. Se a matéria tivesse sido aprovada logo, como queriam o governo e os servidores, agora teríamos um grande problema a ser resolvido”, alfineta.

Mesmo que os erros formais apontados pela DPM sejam corrigidos, Müller diz que a Câmara segue

este estudo. A avaliação concluiu que as despesas de pessoal não ameaçarão os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. “Queremos verificar a base desses cálculos”, antecipa Márcio.

Nesta manhã, durante a reunião da Comissão Geral de Pareceres, serão ouvidos os dirigentes do Fundo de Aposentadoria dos servidores públicos, o Fap. As mudanças propostas no Plano também pesam sobre ele, já que os servidores levarão para as aposentadorias os reajustes que receberão agora.

elaborou o projeto. “Até aqui, nossa ação tem sido absolutamente técnica. Não vamos aceitar esse projeto goela abaixo, como querem alguns integrantes do governo”, garante Müller.

O vereador Roberto Bratz (PDT), primeiro a defender uma análise criteriosa do Plano, saudou a nova postura do Legislativo. Logo que a matéria entrou no Legislativo, houve até a proposta de que a votação ocorresse na semana seguinte, para servir como uma espécie de presente pelo Dia do Servidor Público, em 28 de outubro.

## As correções sugeridas pelos consultores

**1** Explicitar melhor a redação do item que determina a contagem de tempo para promoções quando um servidor é aprovado para outra função, mediante novo concurso público;

**2** tornar mais clara, precisa e lógica a forma como serão concedidos os reajustes por conta da qualificação profissional dos servidores;

**3** definir, de forma mais objetiva, o papel da Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano de Carreira dos Servidores

Efetivos, no tocante à avaliação das promoções decorrentes da qualificação profissional dos funcionários públicos;

**4** apresentar, de maneira detalhada, as atribuições e as características de cada um dos cargos de confiança e funções gratificadas do governo municipal;

**5** rever a proposta que prevê fusão das carreiras de servidores que desempenham atividades semelhantes, mas que ingressaram no serviço público com escolaridades diferentes;

**6** rever as normas para composição da Unidade de Controle Interno, que deve ser formada apenas por servidores de nível superior, e não médio, com dedicação integral à função;

**7** reavaliar a divisão dos médicos em duas categorias (especialistas e generalistas), com vencimentos distintos, já que o nível de escolaridade exigido na época do concurso era o mesmo para todos.

Fonte: parecer da DPM - Delegações das Prefeituras Municipais, elaborado para a Câmara